

ARTIGO

O CONCEITO DE DIVERTIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO (1828-1867)¹

THE CONCEPT OF AMUSEMENT IN THE CITY OF SÃO PAULO (1828-1867)

FLÁVIA DA CRUZ SANTOS*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender, a partir da perspectiva da história conceitual, o conceito de divertimento articulado na cidade de São Paulo entre os anos 1828 e 1867. Para tanto, se constituíram como fontes os jornais *A Phenix*, *Correio Paulistano*, *Diário de S. Paulo*, *Ensaios Literários*, *O Acayaba*, *O Farol Paulistano*, e *O Novo Farol Paulistano*, além da literatura produzida por viajantes estrangeiros. Foi possível verificar que várias palavras eram usadas para designar o conceito de divertimento. Havia uma disputa entre os vocábulos passatempo, diversão, recreação, lazer e divertimento, em que este último saiu vitorioso, se constituindo no significante do conceito. Seu significado dizia respeito a atividades muito variadas, que incluíam desde a leitura e o teatro, às zombarias, cujos sentidos eram alegria, prazer, gozoujo.

PALAVRAS-CHAVE: história dos conceitos; divertimento; São Paulo; século XIX.

ABSTRACT

This work has as objective to understand, from the perspective of conceptual history, the concept of amusement articulated in the city of São Paulo between the years 1828 and 1867. For this, the main sources were the newspapers *A Phenix*, *Correio Paulistano*, *Diário de S. Paulo*, *Ensaios Literários*, *O Acayaba*, *O Farol Paulistano*, e *O Novo Farol Paulistano*, in addition to the literature produced by foreign travelers. It was possible to verify that several words were used to designate the concept of amusement. There was a dispute between the words hobby, fun, recreation, leisure and amusement, in which the latter came out victorious, constituting the signifier of the concept. Your meaning concerned many varied activities

* Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG, Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: flacruz.santos@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9376-2252.

¹ Pesquisa financiada pela Capes.

that included from reading and theater, to mockery, and its senses were joy, pleasure, rejoicing.

KEYWORDS: history of concepts; amusement; São Paulo; XIX century.

Este artigo aborda o percurso histórico do conceito de divertimento na cidade de São Paulo entre os anos 1828 e 1867. Seu objetivo é compreender, a partir da perspectiva da história conceitual, o conceito de divertimento articulado na capital paulista em tal período. A história conceitual objetiva captar e compreender o significado de um conceito, e as alterações pelas quais ele passou ao longo do tempo. Ela se dedica a investigar o uso que os protagonistas de um tempo e de um espaço específicos deram às palavras, nos permitindo assim, evitar anacronismos, pois saberemos a justa medida das diferenças e semelhanças entre conceitos de ontem e de hoje.

Não se trata de definir o conceito, mas sim de reconstituir uma mostra de seus significados em um dado tempo e lugar, de reconstituir seus usos pelos atores de um determinado contexto (SEBASTÍAN, 2009, p. 18). Nas palavras de Reinhart Koselleck (2006, p. 104), autor de tal proposta:

Tal procedimento [da história conceitual] parte do princípio de traduzir significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual. A partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz à fixação desses significados sob a nossa perspectiva contemporânea. Enquanto esse procedimento da história dos conceitos é refletido metodologicamente, a análise sincrônica do passado é contemplada de forma diacrônica. A redefinição científica de significados lexicais anteriores é um dos mandamentos básicos dos estudos diacrônicos.

Deste modo, a história conceitual nos permite conhecer “a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa

como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica”. “Isso significa que ela deve registrar as diferentes designações para os fatos (idênticos?), de forma que lhe seja possível explicar o processo de cunhagem dessas designações em conceito.” (SEBASTÍAN, 2009, pp. 101 e 111, respectivamente).

A história conceitual é um importante procedimento que permite tanto a análise de fatos cuja denominação nos foi herdada, pois eles já foram linguisticamente articulados e, por isso, podem estar nomeadamente presentes nas fontes, quanto a análise de fatos que não foram linguisticamente articulados no passado, e que, portanto, não estarão nomeadamente presentes nos documentos, mas que a partir dos vestígios históricos podem ser recuperados e fixados por categorias científicas definidas no presente (KOSELLECK, 2006, p. 104).

É, portanto, o percurso que inclui a cunhagem de um termo, ou a ressignificação de um termo já existente, e os usos a ele atribuídos que constitui um conceito e que deve ser investigado. A constituição de um conceito, que inclui mudanças e permanências, pode indicar continuidades estruturais na realidade social (PEREIRA, 2005, p. 49). Sobre isso Koselleck (1992, p. 7) nos diz:

[...] da mesma palavra um novo conceito [pode ser] forjado, e portanto ele é único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar através dela inteligível.

É justamente esse o intuito desse artigo, discutir os usos do conceito de divertimento realizados pelos atores de um contexto determinado, qual

seja, a cidade de São Paulo no período 1828-1889. O que será investigado, portanto, é um significado, um conteúdo, que é contido por uma palavra capaz de expressá-lo (KOSELLECK, 2006). Desse modo será possível conhecer com precisão o significado histórico de divertimento. O *corpus documental* da pesquisa é constituído pelos periódicos A Phenix, Correio Paulistano, Diário de S. Paulo, O Acayaba, O Farol Paulistano, e O Novo Farol Paulistano. Além da literatura produzida por viajantes estrangeiros que estiveram na capital paulista.

O texto está organizado em cinco partes, que juntas demonstrarão qual era o conceito de divertimento na São Paulo do período em tela. Na primeira parte, os símbolos linguísticos capazes de expressá-lo serão tratados, em seguida serão abordadas as atividades que eram por ele englobadas e que dele diziam. Na terceira parte, a função e o lugar ocupado por esse conceito serão enfocados. Em seguida, serão focalizadas a escala de valores, sensibilidades e a moral existente em torno dos divertimentos. A última parte do artigo, apresenta o significado do conceito de divertimento na capital paulista entre 1828 e 1867, a partir do conjunto de atividades, estrutura de sentimentos, função e lugar ocupado por ele.

A disputa linguística

A investigação e cruzamento das fontes, permitiu perceber que o fato social aqui investigado já estava articulado linguisticamente no período estudado. Ou dito de outro modo, o conceito já possuía um uso linguístico a ele associado, já podia ser identificado nas fontes através de uma palavra. O que indica um certo momento do desenvolvimento do conceito, indica

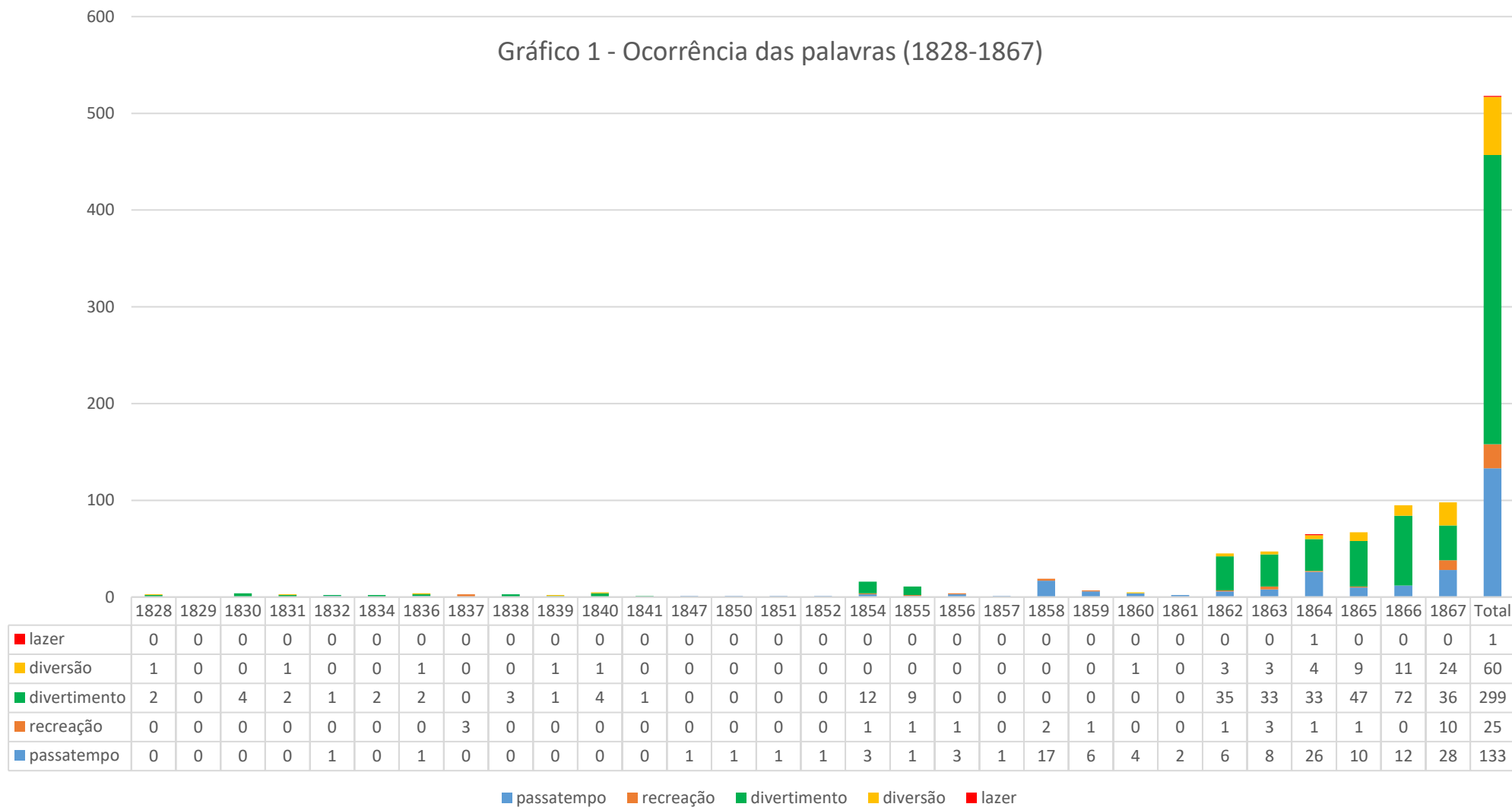
que ele já havia sido compreendido pelos paulistanos, pois somente assim ele pode ser articulado linguisticamente, seja através da ressignificação de um termo já existente ou da criação de um novo. No entanto, o conceito era expresso nesse contexto não apenas por uma palavra, mas sim por um conjunto delas.

Quatro diferentes vocábulos traduziam e expressavam o conceito de divertimento, pois possuíam um mesmo significado, estavam ligadas a uma mesma estrutura de sentimentos, e eram usadas para indicar e identificar um mesmo conjunto de atividades. Divertimento, passatempo, recreação e diversão eram usadas pelos paulistanos para expressar um único conceito, qual seja, o de divertimento. Houve ainda uma quinta palavra, lazer, que também compõe esse léxico semântico, mas cujo uso, no entanto, não se mostrou expressivo.

Essas palavras, portanto, eram sinônimas. Foram usadas separadamente, uma de cada vez, ou simultaneamente, em uma mesma frase ou diálogo. Elas se confundiam, se imbricavam nas falas dos paulistanos. Quando eram mobilizadas, era de um mesmo conteúdo que se falava. No entanto, ao longo do tempo, o conteúdo do conceito foi se ligando mais a uma palavra do que às outras, ainda que todas elas continuassem sendo usadas, com diferentes níveis de intensidade.

Apesar de simultâneo na maior parte do tempo, o uso dessas palavras não se deu na mesma medida. Algumas delas foram usadas de modo mais frequente e intenso ao longo do período, enquanto outras estiveram menos presentes, tiveram um uso menos recorrente e intenso, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Ocorrência das palavras (1828-1867)



Fonte: Jornais da capital paulista

Projeto História, São Paulo, v. 67, pp. 285-366, Jan.-Abr., 2020

A palavra lazer foi usada nos jornais paulistanos uma única vez, ao longo desses quarenta anos investigados. Ela demora a aparecer nos jornais, surge apenas no final do período, em 1864, com uma única ocorrência, e desaparece da mesma forma repentina como apareceu.

Recreação foi mobilizada pela primeira vez em 1837. Foram três ocorrências em tal ano. Depois disso, tal vocábulo só volta a ser usado em 1854, dezessete anos mais tarde, e a partir daí tem uma presença mais constante, apesar de pouco intensa. Recreação foi o vocábulo menos usado, depois da palavra lazer, para expressar o conceito de divertimento no intervalo temporal estudado. Foram 26 ocorrências ao longo de todo o período.

Diversão foi a terceira palavra menos mobilizada, com 60 ocorrências. Apesar de sua primeira aparição ter se dado logo no primeiro ano do período investigado, em 1828, suas presenças foram raras e intermitentes até 1862, a partir de quando ela passa a ser usada de modo constante e com níveis de intensidade crescentes, até o final do período.

Passatempo foi vocábulo usado em 1832 e 1836, com uma ocorrência em cada um desses anos, e depois desaparece. Só volta a ser mobilizado pelas elites paulistanas, onze anos depois, em 1847, e a partir daí, mantém sua presença até o final do período, com diferentes intensidades de uso. Foi a segunda palavra mais usada nos jornais paulistanos para expressar o conceito de divertimento (133 mobilizações), e a palavra que possuiu presença mais constante, já que só não foi mobilizada em dez, dos quarenta anos investigados.

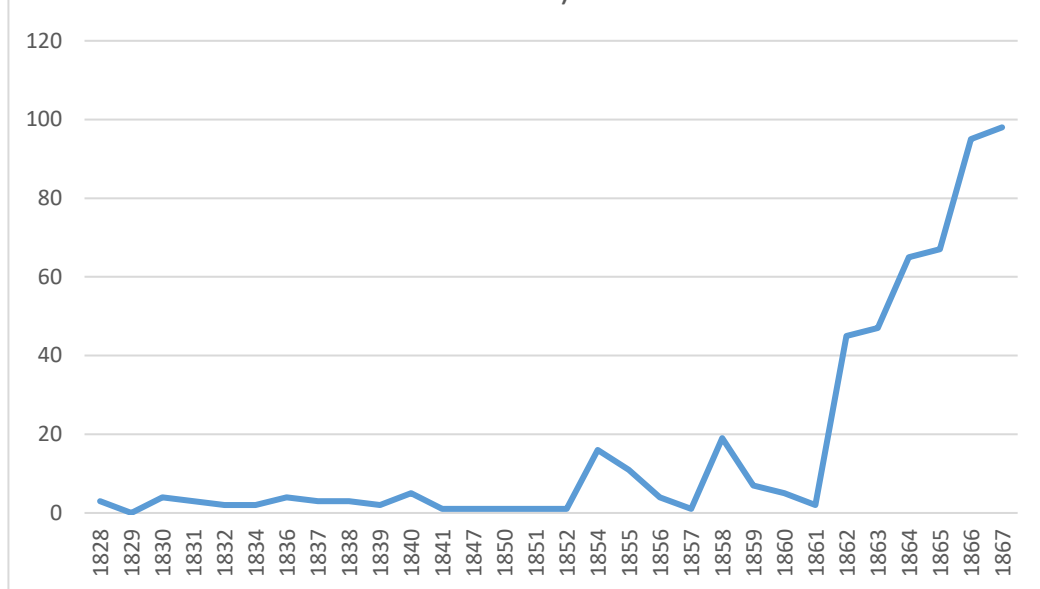
Divertimento foi o termo mais mobilizado, com 299 ocorrências. Teve, portanto, mais que o dobro do número de mobilizações que a palavra

passatempo, a segunda mais usada. Divertimento figura nos jornais desde o primeiro ano estudado, com intermitências que foram interrompidas em 1862. A partir de então, tal palavra foi usada sem interrupção e com grande intensidade, quando comparada aos demais vocábulos.

A soma dos usos de todas essas cinco palavras ao longo do período é igual a 518. A distribuição desses usos entre as palavras, entretanto, é bastante desigual, como vimos, assim como a distribuição desses usos ao longo dos anos investigados. O pequeno número de ocorrências das palavras nos anos 1860 e 1861, se deve, em alguma medida, à indisponibilidade nesses anos, de alguns dos jornais investigados.

Nos primeiros trinta e três anos, no intervalo 1828-1861, somando-se todas as mobilizações de todas as cinco palavras, temos 101 ocorrências distribuídas de modo bastante irregular ao longo dos anos, e sem uma tendência de crescimento ou de queda definida. Enquanto nos seis últimos anos do período, entre 1862 e 1867, foram 417 ocorrências, distribuídas de modo crescente, ano a ano. O gráfico abaixo demonstra essas variações no uso das palavras ao longo do tempo:

Gráfico 2 - Soma das ocorrências das palavras (1828-1867)



Fonte: Jornais da capital paulista.

Esses usos das palavras são reveladores da elaboração e da fixação do conceito. Entre 1828 e 1861 o conceito já existia, e as palavras que o expressavam também. No entanto, eles não estavam tão fixos entre si. O conceito não estava tão preso aos símbolos linguísticos que o expressavam e, por isso, eles não eram tão mobilizados. A partir de 1862, houve uma melhor fixação do conceito aos vocábulos, permitindo que seus usos se generalizassem.

As diferentes intensidades de uso de cada palavra, no entanto, evidenciam a existência de uma disputa entre elas. A constância da presença do vocábulo *passatempo* ao longo do período, indica a sua força nesse

embate. Mas o conceito a essa altura, já estava compreendido e articulado de modo indissociável ao vocábulo divertimento, já precisava dele para se materializar linguisticamente. Daí a generalização do uso de tal palavra para expressar o conceito, em detrimento das demais.

Deste modo, o vocábulo divertimento é o que expressa o conceito, e é dele indissociável no período aqui estudado. O significado do conceito só pode ser compreendido por meio dessa palavra, pois ela reúne em si mesma diferentes sentidos, que sem ela não podem ser compreendidos, como veremos a seguir.

Um conjunto de atividades culturais

Março de 1828. Era o início de novos tempos na cidade de São Paulo. A Academia Jurídica acabara de ser inaugurada, e nada, nenhum dos importantes fatos ocorridos no século XIX brasileiro, foi tão perturbador para a capital paulista como esse até 1867, quando lá chegou a ferrovia. A recente Independência do Brasil – da qual a instalação da faculdade é uma consequência –, o deslocamento da primazia econômica das regiões agrícolas do norte para as do centro-sul, a decadência da cana-de-açúcar e o desenvolvimento do café só teriam repercussões marcantes sobre São Paulo a partir da década de 1870.

Foi nesses tempos, que o povo da imperial cidade de São Paulo compareceu ao Palácio do Governo, para participar das três noites de encamisadas que ali seriam realizadas. As encamisadas eram uma manifestação popular em que grupos mascarados, vestindo amplos e compridos camisolões e empunhando tochas, saíam às ruas (CAMPOS,

2008). Tratava-se da comemoração do casamento de D. Pedro I com a princesa Amélia de Leuchtemberg. Era um hábito, desde o Brasil colônia, a realização de festejos para celebrar datas importantes para a família real, como uma estratégia de difusão de símbolos da hierarquia metropolitana, e também de controle (MELO, 2013).

A praça do palácio, assim como as casas da cidade foram iluminadas, fogos subiram ao céu, e duas bandas de música executaram variadas peças que muito agradaram “o grande número de povo” que ali compareceu. Em seguida, o presidente da província recebeu seus convidados em seu palácio para um baile, e os serviu refrescos e chá. No dia seguinte, segundo dia de festas, houve celebração religiosa, cortejo ao retrato do imperador D. Pedro I, que se encontrava na principal sala do Palácio do Governo. Como encerramento dos festejos houve teatro à noite.²

Festejos semelhantes ocorreram quando da maioridade de D. Pedro II. Nesta circunstância, foram realizadas cavalhadas e iluminações, sobre as quais se pronunciou um leitor do jornal A Phenix:

Ouçõ dizer que trata-se de festejar a maioridade de S. M. o Imperador com cavalhadas, iluminações, e outras coisas semelhantes.

Não condeno a lembrança, porque em fim, logo que um *divertimento* seja lícito e decente, é bem próprio para servir de demonstração de aplauso por motivos os mais importantes. Parece-me contudo, que a ideia do Sr. Presidente José Carlos Pereira de Almeida Torres, por ocasião do casamento do Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, mereceu aceitação

² O Farol Paulistano, 2 jan. 1830, pp. 2, 3. O *Farol Paulistano* foi o primeiro jornal impresso publicado em São Paulo, editado entre os anos de 1827 e 1831. Seu olhar editorial era de caráter liberal. Mesmo tendo que enfrentar dificuldades e imprevistos no seu processo de produção, ocupou espaço de importância nas crises políticas que iriam desembocar no fim do primeiro reinado (OLIVEIRA, 2010).

do público desta capital, porque conciliava as demonstrações de regozijo com o fim de uma utilidade muitíssimo real; (19 ago. 1840, p. 4, grifo meu).

O leitor demonstra conhecer a estratégia da coroa, de utilizar os divertimentos como forma de atualizar seus símbolos e sua importância. Não era, deste modo, de maneira inconsciente ou inocente que os paulistanos participavam desses festejos. Se não todos eles, ao menos uma parcela dos paulistanos conhecia os motivos que levavam à realização de tais divertimentos, e com eles concordavam.

As cavalcadas, que eram torneios e disputas à cavalo, teatralizadas e com regras, e as iluminações, que consistiam em iluminar o lugar onde se dariam os divertimentos, bem como as casas da cidade, eram usadas para agradar o povo – a precariedade da iluminação da cidade em sua vida cotidiana, fazia com que a iluminação desses dias festivos, se tornasse uma atração –, eram divertimentos bem aceitos, que alegravam os paulistanos.

Desde o Brasil colônia, havia como que uma programação, mais ou menos fixa, de divertimentos que era realizada quando de momentos festivos como esses. Uma atividade religiosa, o *Te-Deum*, sempre compunha a programação, assim como apresentações de teatro, de bandas de música, e alguma atividade, cortejo ou aplausos, dirigida ao retrato do imperador. Ocasões festivas como essa, serviam, portanto, como forma de afirmação da realeza. Ainda que fisicamente ausente, a família real fazia sentir a sua presença e afirmava o seu poder (SCHWARCZ; MACEDO, 1998, p. 253; CAPONERO, 2014, p. 262).

Havia em São Paulo muitas outras práticas de divertimento, além dessas, vividas por ocasião de comemorações de acontecimentos da realeza.

Ainda que acessível a poucos, devido aos baixos índices de alfabetização da população da capital, que em 1836 era de apenas 5%, e em 1872 de 30% (MORSE, 1970, p. 215), a leitura era uma das possibilidades de divertimento e instrução para clérigos, profissionais liberais, funcionários do governo, estudantes, professores e negociantes. Para os estudantes da Faculdade de Direito, os divertimentos que envolviam a leitura e a escrita chegaram a ser mais recorrentes do que outros tipos de divertimento a partir de 1860 (COSTA, 2012, p. 112).

Em 1803, a loja de Antônio José Dias Coelho possuía um dos maiores estoques de livros da capital paulista, com 844 volumes de 119 títulos diferentes. Em 1806, essa mesma loja possuía 446 volumes e 164 títulos. Estima-se que depois de 1821, quando se deu o fim da censura prévia dos livros, que era feita pela coroa portuguesa, eles tenham tido maior circulação em São Paulo (ARAÚJO, 2008). Mas é fato que o ato de ler compunha o conjunto de atividades das quais o conceito de divertimento dizia respeito:

Pode ser que este conto, que à presa traduzimos da Minerva Francesa, dê algum *divertimento* aos nossos leitores. Inocentíssima é a nossa oferta: se alguém a quiser envenenar, não é a culpa nossa, que só temos em vista mesclar o sério dos objetos que até agora temos tratado nesta folha com este acipipe de urbano gracejo. (O FAROL..., 3 out. 1827, p. 4, grifo meu).

O uso, pelo redator do Farol Paulistano, em sentido figurado da palavra acipipe³ para designar o conto, evidencia o sentido do divertimento. Era para ser deliciado, apreciado, causava prazer e satisfação. E estava em

³ De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau (1716, p. 43), acipipe significava “iguaria delicada, e gulosa”.

oposição ao que era sério, sisudo, e que podia causar aborrecimentos. Esse mesmo sentido foi conferido à prática da leitura de diferentes materiais (jornais, livros), e de diferentes tipos de texto (prosa, poesia, textos jornalísticos), em vários outros momentos, ainda que tenha sido expresso por diferentes palavras.

A partir de 1837, há anúncios da venda de livros cujos títulos contavam com a palavra recreação. Uma maneira de dizer ao leitor, que a leitura seria aprazível, que trataria de temas amenos e agradáveis. Um deles foi “Recreação Moral e Científica”, com sete volumes. Esse livro era uma compilação e tradução de escritos franceses de vários autores (O NOVO..., 22 fev. 1837, p. 4). A leitura dessa obra era, assim, tida como recreação.

Não é por acaso que os textos originais eram franceses, e que falavam da França, pois tal país a essa época já se constituía como exemplo de civilidade e progresso. Conhecer como eram os encontros e os comportamentos em uma reunião noturna na França, como eram e o que faziam os estudantes franceses, ou ainda como eram as famílias francesas, poderia se constituir em uma fonte de inspiração, uma forma de conformação dos comportamentos, dos gostos, uma educação moral para os paulistanos.

Tanto é que esses livros foram dedicados por seu autor à D. Pedro II, e este, “reconhecendo sua grande utilidade se dignou a aceitar a sua dedicatória” (O NOVO..., 22 fev. 1837, p. 4). Além disso, a comissão fiscalizadora do Seminário das Educandas, em 1836, indicou a aquisição de tal livro “para a educação moral das suas alunas” (BRUNO, op. cit., p. 837).

Tudo isso demonstra que a leitura, o estudo, eram uma forma de diversão, e que essa diversão nada tinha de desinteressada, pois contribuía

deliberadamente para a formação dos paulistanos. Não era por acaso, ou de forma não planejada que essa formação se dava. Ela era pensada e engendrada de acordo com os interesses hegemônicos vigentes. O divertimento aqui, portanto, se constituía em uma forma de educação.

Um morador de Guaratinguetá faz uma distinção entre os interesses de leitura daqueles que são das capitais, do país e da província, e daqueles que são do interior, da roça. Segundo ele, esses últimos tinham interesse em se divertir lendo os jornais. E não seria lendo sobre assuntos sérios e maçantes que isso se daria (CORREIO..., 23 set. 1854, p. 3).

A diversão se daria, se fossem publicados temas belos e espirituosos, e se houvesse diversidade e novidade nos assuntos tratados. A oposição entre sério e divertido aparece mais uma vez. A valorização da novidade pelos paulistanos, como desejo de se conectar ao novo, de escapar do velho e de um certo ordenamento rotineiro, captada pelos jornais e transformada em estratégia publicitária no último quartel do século XIX (MELO; SANTOS, 2017), já aparece aí, em 1854 e por parte de um interiorano.

Walter Benjamin (1939), partindo das ideias de Baudelaire, explica que a novidade se torna uma qualidade de valor inestimável na modernidade. Tendo a moda como sua incansável fonte, ela contrabalança a desvalorização das coisas, provocada por sua transformação em mercadoria e por seu rápido envelhecimento, este último, característico da modernidade. A novidade, como qualidade, independe do valor de uso, do preço das coisas, e as valoriza. Essa qualidade aparece ligada a diferentes produtos anunciados nos jornais paulistanos, e também aos divertimentos, como forma de valorizá-los.

A seção dos jornais intitulada Folhetim, possuía justamente a função de tratar dos divertimentos. Sua característica principal era abordar amenidades, temas engraçados, anunciar os divertimentos da cidade e analisá-los, através de artigos de crítica e crônica, e também publicar literatura, seja prosa ou poesia. O divertimento dizia respeito à natureza dos folhetins:

Paro por aqui. Não desejo enfadar meus leitores com tanta coisa séria, pesada e imponente. Meu programa é rir e fazer rir. Como não vejo aberta para realiza-lo na forma de meus bons desejos, tomo a liberdade de pedir aos leitores, que deixem de parte o presente folhetim, como se não existisse, e procurem melhor *diversão* aos seus cuidados.

Vão, por exemplo, dar uma vista d'olhos ao Pavilhão Marinho. É aí, segundo a nova lei, que mora atualmente o rir e o folgar. Lá, ao pé de uma garrafa de cerveja, talvez possa, de viva voz, acrescentar ao presente folhetim o que lhe falta de risonho, faceto e folgazão. (CORREIO..., 24 fev. 1867, p. 1, grifo meu).

Foi deste modo, que a leitura apareceu ao longo do período, como uma forma de divertimento, uma maneira de se esquivar das agruras diárias, de trazer leveza e graça à vida e, ainda, uma forma de desenvolvimento e aprendizado. Era, portanto, um divertimento útil e agradável.

Certas atitudes e comportamentos também divertiam os paulistanos dessa época. “Falar mal da vida particular das famílias é matéria em que acha divertimento” (O FAROL..., 14 jun. 1828, p. 2), um certo homem da cidade. Segundo esse homem, falar mal da vida alheia era leve, ameno, divertia. Conversar sobre política, por outro lado, era um sofrimento, tal qual pagar pecados. O autor dessa correspondência, enviada ao jornal, prossegue dizendo do próximo assunto dos homens da roda de conversa da qual participava.

Falaram eles da chegada de um rapaz da Bahia à capital, para estudar na Faculdade de Direito, e dos trâmites e dinâmicas da faculdade para aceitar novo aluno. O debate travado pelos homens, as informações que eles apresentam, os detalhes quanto ao comportamento do aluno novato em sala de aula, permitem pensar que eles eram estudantes da faculdade, bem como o autor da correspondência.

Em sua maioria vindos de outras províncias⁴, algumas vezes até mesmo com experiências internacionais,⁵ os estudantes possuíam costumes e valores diversos dos costumes e valores dos paulistanos, o que torna possível que eles não vissem nada de errado em se divertir falando mal da vida alheia. Disposição para divertimentos, os estudantes tinham de sobra, mesmo para aqueles divertimentos, e talvez principalmente para estes, que perturbassem a capital paulista, seus valores, sua vida sossegada.

Já os paulistanos e aqueles que se identificavam com sua mentalidade, não compreendiam como alguém podia se divertir desse modo:

⁴ Dos 33 alunos matriculados na primeira turma do curso, apenas dez eram paulistanos. Os demais provinham do interior da província de São Paulo e do Rio de Janeiro, da Corte, de Minas Gerais e da Bahia. Ver: TOLEDO, 2003, p. 316. Num balanço da origem dos estudantes formados nos primeiros 25 anos de funcionamento da faculdade, os dados são os seguintes: 138 eram paulistas (logo, eram da província de São Paulo), 181 eram fluminenses (ou seja, eram da corte ou do interior da província do Rio de Janeiro), 100 eram mineiros, 56 baianos, 48 gaúchos, 11 maranhenses e 9 mato-grossenses. Ver: BRUNO, op. cit., p. 809. Portanto, enquanto 405 estudantes vinham de fora da província de São Paulo, apenas 138 eram paulistas.

⁵ Daniel Kidder, em seu relato da viagem que fez de Santos à São Paulo em janeiro de 1839, diz de um jovem fluminense que viajou em sua companhia para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e que “tinha passado diversos anos em Paris”. Ver: KIDDER, 2001, p. 179. Almeida Nogueira e Rafael Aguiar Paes de Barros também são exemplos de alunos do curso jurídico que moraram na Europa. Ver: COSTA, Marina Santos, op. cit.

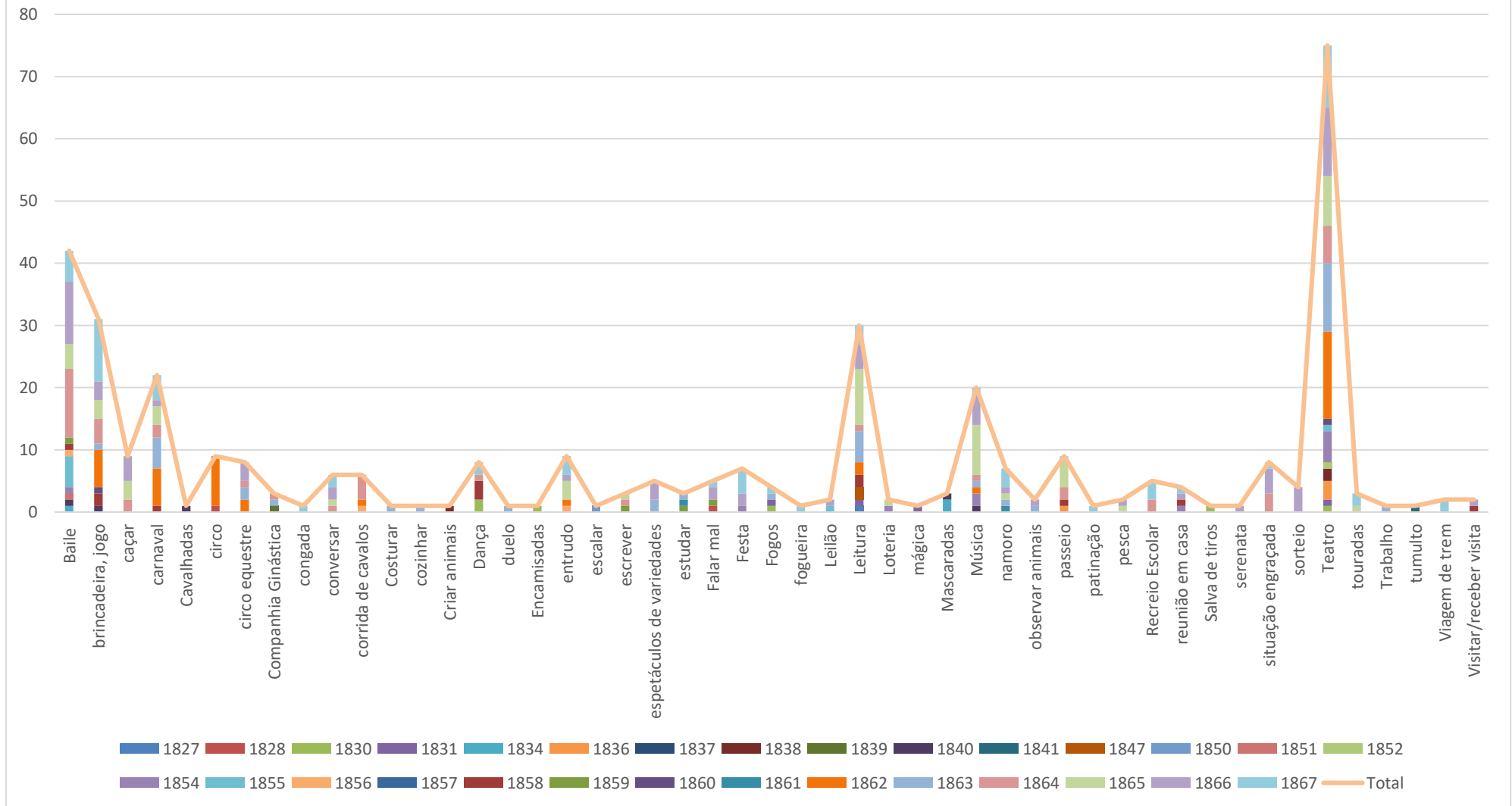
Falar mal da vida particular das famílias é matéria em que acha *divertimento*? Ah quanto é depravado o seu coração para avançar posição tão odiosa! Sr. Correspondente, ouvir falar mal das famílias, e de tanto gostar, é crime, é transgressão da lei primária, gravada pelo sábio Dedo da Onipotência em caracteres indelévels no coração do homem, que é homem. (O FAROL..., 14 jun. 1828, p. 2, grifo meu).

Havia, portanto, um julgamento moral dos divertimentos. O que para um divertia, para outro era imoral e inaceitável a ponto de ser incompreensível. Como pode alguém se divertir ao falar mal da vida alheia? Essa era uma questão sem resposta para o autor do trecho acima. Essa falta de consenso em torno de se divertir falando mal da vida alheia, é expressa nas poucas ocorrências de tal prática.

Podemos perceber, deste modo, que a chegada dos estudantes à São Paulo gerou repercussões. A mentalidade, a sensibilidade, a moralidade, os hábitos e costumes dos paulistanos foram pela primeira vez contrapostos com o diferente, num âmbito mais amplo que o das relações individuais. Essa contraposição gerou tensões, resistências e consequentes permanências, gerou perturbações, incômodos, alegrias e criou o novo (CAPONERO, *op. cit*; ALMEIDA JÚNIOR, 1952, p. 271-292). Criou uma cidade mais dinâmica.

Muitas outras atividades foram englobadas pelo conceito de divertimento da São Paulo Oitocentista, e dele diziam, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Atividades englobadas pelo conceito de divertimento



Fonte: Jornais Paulistano.

Duas atividades chamam a atenção no gráfico acima, devido às suas recorrentes e intensas presenças. Os bailes e o teatro foram as atividades mais consideradas como divertimentos pelos paulistanos no período em tela. Falemos delas, a começar pelos bailes.

Mascarados ou não, os bailes foram daquelas atividades que tiveram presença marcante nos jornais paulistanos. Compreendidos explicitamente como divertimentos, eles foram chamados de passatempo, diversão e divertimento. Os frequentadores dos bailes eram pessoas de hábitos refinados, tipo de gente que a São Paulo dos poderosos se esmerava em construir a essa altura. Gente sem nenhum apreço por tumulto e gritaria, e com gosto pelo belo, pela delicadeza. Ver e ser visto, dançar, rir, apreciar as belezas, era assim que os paulistanos se divertiam nos bailes (CORREIO..., 9 jan. 1866, p. 2).

Mas nem sempre era essa refinação que reinava em tais divertimentos. Principalmente se se tratasse de um “baile popular”. Brigas e desentendimentos levavam a polícia a intervir, e até mesmo a suspendê-los quando eles já estavam acontecendo (DIÁRIO..., 12 set. 1866, p. 2). Fato esse que desagradava principalmente os empresários promotores dos bailes, devido ao prejuízo que lhes causava. Esses bailes, no entanto, tiveram presença escassa nos jornais. É sabido que eles aconteciam em São Paulo, em bairros como o da Penha, mas faltam maiores informações.

Difícil encontrar atividade ou assunto em que os estudantes da Faculdade de Direito da cidade não estivessem envolvidos. No terreno dos divertimentos, talvez seja mesmo impossível não encontrar vestígios de sua participação em qualquer das atividades. Não apenas frequentadores, mas

também organizadores dos bailes (MORSE, op. cit., pp. 121, 135, 136; COSTA, op. cit., p. 72), os estudantes dinamizaram essa atividade na capital paulista.

Houve ainda a Concórdia Paulistana, exclusivamente dedicada aos bailes. Essa sociedade funcionou entre 1837 e 1863, pelo menos, e tinha “por fim ajuntar em uma noite de cada mês as famílias mais respeitáveis desta cidade em um divertimento de baile” (A Phenix, 20 mai. 1840, p. 2). Firme em seu propósito, a duradoura Concórdia Paulistana, proporcionava prazer e alegria aos paulistanos com seus bailes. Eram essas, portanto, características dos bailes. Eles divertiam justamente porque provocavam alegria e prazer, com suas músicas, danças, conversas, encontros. Ao mesmo tempo em que eram importantes para o desenvolvimento da civilidade entre os paulistanos (CAMPOS, 2004, p. 285).

João Maurício Rugendas, pintor alemão que esteve em São Paulo em algum momento entre 1822 e 1825, já havia dito do gosto dos paulistanos pela dança, música e conversação, e chegou mesmo a retratar tais gostos em uma pintura (RUGENDAS, 1972, p. 80). Segundo ele, esses divertimentos substituíam o jogo no gosto dos paulistanos. O mesmo foi dito por outros dois viajantes, os pesquisadores alemães Johan Spix e Karl Martius, que estiveram em São Paulo em 1818 (1938, p. 186).

Essa pesquisa, no entanto, não confirma a compreensão desses viajantes, mas ao contrário, a contesta. Pois os jogos foram das atividades mais presentes nos jornais, compreendidas como divertimento. Foram a terceira atividade mais associada ao conceito de divertimento no período

aqui estudado. Assim, a dança não substituía os jogos em São Paulo, mas com eles convivia, como formas de divertimento⁶.

Os jogos estavam, deste modo, muito presentes na capital paulista, talvez não tão presentes nos jornais, pelo fato de serem considerados pouco ou nada úteis, e de serem tidos como atividades que levavam a vícios (CORREIO..., 9 nov. 1858, p. 2; CORREIO..., 1 mar. 1863, p. 5; CORREIO..., 22 mar. 1867, p. 1). Alzira Campos (2004, p. 286) chega mesmo a afirmar que o jogo de bilhar era o passatempo predileto dos homens paulistanos, e que em 1822 a cidade já possuía duas casas de bilhares, que se multiplicaram mais tarde, com a instalação da Faculdade de Direito.

Apesar de esses viajantes dizerem de um período anterior ao aqui investigado, não é provável que os gostos dos paulistanos tenham mudado tão rapidamente, no intervalo de três a cinco anos. O mais provável, por outro lado, é que os viajantes tenham sido apressados em suas conclusões, e que tenham tido compreensões bastante parciais dos divertimentos paulistanos.

Esse entendimento é corroborado por um outro viajante, o comerciante inglês John Mawe, que esteve em São Paulo em período anterior, entre 1807 e 1811, e que nos diz que nesse período os jogos de cartas já eram um hábito entre os paulistanos, tal qual a música e a dança (MAWE, 1978, pp. 72, 73).

⁶ Considerando que o que realizei foi uma história conceitual, é possível que se se tratasse de uma história social a presença dos jogos fosse ainda mais acentuada.

No entanto, a atividade que mais frequentemente foi entendida como divertimento pelos paulistanos foi o teatro. Esse foi também o divertimento mais caro para eles. As falas, os argumentos em torno do teatro eram sempre positivos, sempre em seu favor. Ele era tido como o melhor divertimento, senão o único digno de assim ser considerado: “único passatempo digno deste nome que temos em S. Paulo.” (Correio..., 4 jul. 1863, p. 3). O que revela a importância dos divertimentos, pois nem toda atividade era digna de assim ser compreendida.

Presente na cidade desde sua fundação, com as encenações religiosas dos franciscanos, e tendo instalações próprias desde 1765, o teatro foi a atividade mais identificada pelos paulistanos como divertimento. Identificação realizada pelas elites, é bom lembrar, não apenas pela natureza das principais fontes dessa pesquisa, os periódicos, como também pelo teor das mesmas.

O teatro era o único meio de comunicação de massa do século XIX – já que saber ler era um privilégio reservado a poucos⁷ –, tinha função moral, cívica e política, e era frequentado por todos, ou quase todos, já que algumas exigências podiam impossibilitar a presença dos pobres⁸. Os estudantes de Direito formavam a maior parte de sua plateia, mas “o governador da província, famílias, escravos, padres disfarçados, crianças de colo, prostitutas” também o frequentavam (AZEVEDO, 2000, p. 178).

⁷ Por exemplo, em 1836 a cidade de São Paulo, com suas zonas rurais, possuía 21.933 habitantes, dos quais apenas 1009 sabiam ler e escrever. Ver: MORSE, op. cit., p. 106. O que representava 4,6% da população.

⁸ Em julho de 1850, a Câmara determinou que era proibida a entrada no teatro daqueles que estivessem descalços, sem casaca, sobrecasaca ou farda, sob pena de serem multados. A respeito ver: SILVA, 2009, p. 27.

Se a vida era enfadonha, o teatro era o melhor refúgio. “Que bonita e graciosa diversão é o teatro para os enfados desta vida!” (CORREIO..., 6 jan. 1867, p. 1). Tido como “um passatempo tão útil ao espírito cansado” (O ACAYABA, 1852, p. 73), ou “passatempo e recreio ao espírito” (CORREIO..., 14 ago. 1854, p. 1), era nele que podiam os paulistanos se entreter e se distrair. Não era essa, todavia, a compreensão da maioria dos paulistanos:

Quereis saber porque não houve espetáculo?

Adivinhe; ou se não escute.

Em primeiro lugar, não foi por falta de teatro. Aí está a vista de todos o barracão do S. José.

Nem também porque faltasse petróleo aos lampiões, ou bancadas e bancadas ao vasto recinto da plateia.

A razão foi outra, e curiosa: não houve espetadores!

Pois havia de dar-se a representação somente às bancadas vazias, aos lampiões, aos empresários, aos músicos e à polícia? (CORREIO..., 6 jan. 1867, p. 1).

A falta de espectadores, que não foi fato isolado, mas ao contrário, recorrente (CORREIO..., 11 nov. 1864, p. 2; DIÁRIO..., 27 mai. 1866, p. 2; CORREIO..., 20 jan. 1867, p. 2), é um indicativo de que nem todos compreendiam que o teatro era o melhor divertimento, pois se assim fosse, a plateia estaria sempre cheia. O preço dos ingressos não era um impedimento, já que havia como que um valor único para os ingressos de qualquer divertimento na capital durante o século XIX. Eles custavam sempre 1\$000. Quando havia diferenciação de lugares, como nas touradas (SANTOS; MELO, 2014, p. 39-70) e na patinação (MELO; SANTOS, op. cit.), os ingressos mais caros custavam 2\$000, e os mais baratos custavam sempre 1\$000.

O impedimento era mesmo outro: “O gosto do público tendeu para importações de companhias dramáticas insípidas, pastichos musicais, espetáculos de circo, malabaristas e acrobatas” (MORSE, op. cit., p. 197). Gosto esse não apenas do público paulistano, mas dos brasileiros em geral, conforme críticas feitas mais tarde, por Machado de Assis (SILVA, 2008, p. 227).

Essa falta de gosto pelo teatro em São Paulo causava incômodo, como expressa a matéria, não assinada, cujo autor reclama do não comparecimento das famílias aos espetáculos:

Pois é pena o abandono a que entregam esse *divertimento* tão útil, especialmente agora, que a companhia está ótima e a escolha das peças é excelente.

O que falta pois!? Porque não frequentam as famílias o teatro?!

(...)

Não há gosto para essas coisas: se se tratasse de uma companhia de cavalinhos, de ver saltimbancos pendurados em cordas, trapaças, haveria um entusiasmo louco, camarotes, plateia, tudo regurgitaria; ir ver, porém, os grandes sentimentos do coração traduzidos por um talento chamado Joaquim Augusto, ou Julia Azevedo, ora isso é maçada, por tais insignificâncias não vale a pena apertar um vestido, deixar de ouvir mexericos de uma comadre do copote, beber o chá às 8 horas da noite e dormir às 9 (CORREIO..., 17 mai. 1863, p. 1, grifo meu).

Mas o incômodo não era apenas com a falta de gosto dos paulistanos pelo teatro, com a falta de valorização dessa atividade por eles, mas também com a preferência que eles tinham por atividades outras, como as companhias de cavalinhos e os saltimbancos. O que evidencia a existência de uma escala de valores que classificava os divertimentos, atribuindo-lhes maior ou menor valor. Essa escala, no entanto, não era única para todos os paulistanos. Se para as elites o teatro era o melhor

divertimento, para as camadas populares o mesmo parece não se aplicar, tendo em vista a falta de público no teatro e as críticas nos jornais.

Os estudantes de Direito tiveram um papel primordial também no teatro da capital paulista (SILVA, op. cit., p. 25). Antes deles, as produções eram ocasionais e a maioria folclóricas (MORSE, op. cit., p. 140), e a partir de 1870, quando eles passaram a se dedicar mais aos trabalhos acadêmicos e às questões políticas⁹, e menos aos trabalhos literários, essas produções enfraqueceram, ficando a cidade por algum tempo sem companhia própria e vivendo da visita de companhias de fora da cidade (AZEVEDO, op. cit., p. 179).

Em 1829 os estudantes formaram a companhia Teatro Acadêmico e arrendaram o Teatro da Ópera por cinco anos, e em 1832 fundaram o Teatro Harmonia Paulistana, que era o antigo Teatro do Palácio. Em meados do século, eles dominavam o teatro na cidade, que teve como seu maior nome Álvares de Azevedo. Paulistano de nascimento, e carioca de criação, voltou à sua cidade natal em 1848 para cursar Direito¹⁰. Passou todo o tempo que viveu em São Paulo se lamuriando da cidade, de sua falta de divertimentos, e sentindo saudades do Rio.

A década de 1860 é tida como marcante para a vida da Academia, devido à sua efervescência cultural, pois proliferaram as associações literárias e demais agremiações (COSTA, op. cit., p. 55). Em 1860, os

⁹ Temas como a república e a abolição da escravatura passaram a estar no escopo dos estudantes. Cf. COSTA, op. cit., p. 55. Esse último tema os mobilizava especialmente. Ver: YOKAICHIYA, 2008.

¹⁰ Antes disso, em 1845, permaneceu cinco meses em São Paulo. Durante esse tempo, também reclamava da cidade.

estudantes fundaram o Instituto Dramático, que objetivava desenvolver a educação teatral entre os estudantes, e a Revista Dramática, que foi a primeira revista do gênero surgida na capital (SILVA, op. cit., p. 30).

Alegria, prazer, regozijo

Num país, onde estão consagrados pelo Pacto Fundamental, todos os princípios republicanos; num país onde a lei é igual para todos, onde estão proscritos todos os privilégios pessoais, onde ninguém nasce melhor que os outros, senão quando a natureza, assim o quer; num país, cujo Pacto Fundamental só necessita de ligeiras alterações para todo ele ficar em perfeita harmonia com as teses (...) consagradas no Tit. 8; num país tal, dizemos, é indispensável que os hábitos, que a moral pública, que os gostos, que *até mesmo* os brincos e festejos, tenham alguma coisa da majestade e severidade Republicana, é indispensável que tudo quanto é fatuidade, impostura e palavreado xoxo ceda o terreno a adoção prática dos eternos princípios da razão universal (O FAROL..., 21 mai. 1831, p. 1, grifo meu).

As palavras acima foram publicadas no Farol Paulistano de 21 de maio de 1831, por um autor anônimo que defendeu a adoção de hábitos e a construção de gostos que estivessem ligados aos valores republicanos, ainda que num país monárquico, pois segundo ele não seria a mudança de nome da forma de governo, de monarquia para república, então reivindicada no país, que faria dele uma república de fato. Para que isso acontecesse, o autor diz que seriam necessárias mudanças nos hábitos, no modo de ser dos brasileiros, em sua cultura.

Portanto, os hábitos, a moral pública, os gostos, o vocabulário e “até mesmo” as brincadeiras e festejos deviam se adequar aos novos princípios, e assim substituir tudo o que fosse insensato e inadequado à moral republicana. O autor evidencia o desejo de formatar ou enquadrar

também os divertimentos, a uma certa moral e a uma certa razão. Nem mesmo elas, as brincadeiras e os festejos, podiam escapar à esse novo ordenamento do país.

E o anônimo prossegue demonstrando que os divertimentos tiravam o foco do que realmente importava e, por isso, serviam aos governantes como forma de distrair o povo de objetivos mais sérios, ligados à construção de um país republicano. Através dos divertimentos, disse ele, se construía gostos e preferências muito frívolos, que em nada contribuíam para a construção da república, e se imbecilizava a população (O FAROL..., 21 mai. 1831, p. 1).

O autor demonstra ter consciência de que a família real usava os divertimentos como forma de difundir seus símbolos, e de atualizar sua importância. Ele alertava para o perigo de tais práticas, que eram usadas como uma forma de controle do povo pelo governo. E foi fazendo tal uso dessas práticas que, segundo ele, quase dez anos após a emancipação política, o país pouco havia avançado. Para que os divertimentos não continuassem a ser usados de tal modo, e deixassem de servir à monarquia, é que eles deviam ser moralizados, a partir de princípios republicanos.

Mas ora, o que queria tal autor ao prescrever que era indispensável adequar as brincadeiras e os festejos à moral republicana? Não seria também usar os divertimentos para alcançar objetivos que ele tinha como caros, a construção de uma nova ordem? Percebe-se aí, portanto, que o problema não era o uso dos divertimentos para alcançar objetivos, para obter esse ou aquele fim, o problema era que finalidades e objetivos eram esses, e que interesses eles atendiam.

São duas escalas diferentes, senão opostas, de valores em torno dos divertimentos. Entretanto, ambas os tinham como importantes na dinâmica social. A primeira usava os divertimentos para distrair o povo e tirar-lhe a atenção dos fatos políticos, negligenciando o potencial transformador e subversivo da cultura. A outra os tinha como fundamentais para a construção de uma nova ordem, e por isso eles deviam se adequar às normas dos novos tempos, não ficando às margens das mesmas e, deste modo, contribuindo para a sua fixação.

Havia prescrições realizadas por ambas essas formas de compreender e usar os divertimentos, presentes ao longo de todo o período estudado. Cada uma delas indicava o que melhor lhe convinha, prescrevia os divertimentos que deviam ser vividos e os que deviam ser abandonados pelos paulistanos. Alinhado à postura que tinha os divertimentos como importantes para a construção da nova ordem, o *Correio Paulistano* publicou matéria

que indica a substituição das festas de junho, realizadas pelas escolas em comemoração aos dias de santos da igreja católica, pelo teatro, por ser ele um divertimento “mais útil, mais cômodo e mais proveitoso”.

As festas, com suas brincadeiras, fogos e jogos traziam prazer aos alunos da escola, mas traziam também “o mal que infelizmente quase sempre daí provém”. Já o teatro,

Que estímulo para o amor das letras, que estímulo para o progresso e desenvolvimento dos estudos! É inegavelmente uma base bem sólida para o futuro esplendor dos oradores, dos escritores, e dos dramaturgos. Em toda a parte onde se presa a boa educação (...) aí não se despreza essa sorte de divertimento (CORREIO..., 4 jul. 1854, p. 2).

Tentava-se impor o teatro como o melhor divertimento na capital paulista. Ele era prescrito, indicado a todos, homens e mulheres, jovens e adultos, em detrimento de outras práticas, como os jogos. Era tido como o divertimento mais apropriado para uma cidade que se queria civilizada, pois ao divertir ele também educava, ensinava quais os melhores hábitos e comportamentos: “excelente passatempo e ao mesmo tempo escola de boas lições” (CORREIO..., 4 jul. 1854, p. 2). Cumpria, portanto, uma dupla função, pois divertia ao mesmo tempo em que ensinava bons hábitos, por isso era um útil divertimento, considerado único na cidade.

No entanto, nem todo teatro cumpria essas funções. Havia restrições e condições para que isso se desse. Para tanto, as peças encenadas deviam ser adequadas, precisavam transmitir a mensagem correta. O teatro, portanto, não era por si mesmo o melhor, o único e útil divertimento. Ele poderia ou não sê-lo. Isso dependia das peças encenadas, do cumprimento ou não, por elas, da função de moralizar e de educar o povo (O NOVO..., 10 ago. 1836, p. 2).

O teatro é apresentado nos jornais como um divertimento para todos, mas cumpria uma função especial para os pobres, pois permitia-lhes aprender aquilo que o rico já sabia. Era uma instituição que atestava civilização e progresso, era uma escola que produzia tão belos efeitos quanto as academias e aulas. Portanto, merecia o investimento dos governos, era o que argumentavam as elites paulistanas (CORREIO..., 12 mar. 1863, p. 3).

Assim, os divertimentos eram também formatadores dos comportamentos, dos modos de ser. Pela observação do que faziam e

diziam os atores, pela mensagem que eles transmitiam, o público podia aprender o que era bom, podia “ilustrar o seu espírito” (idem). Deste modo, a conformação do comportamento se daria a partir da ação sobre o intelecto.

Um outro divertimento também servia como escola, também educava as sensibilidades e os comportamentos. “Escola em que a mocidade de ambos os sexos aprenda a portar-se em público com gravidade e decência” (A PHENIX, 20 mai. 1840, p. 2). Não bastava ensinar esses comportamentos através de leituras, discursos, observações, ou do teatro. Era necessário ter deles experiência, pois “É só pelo uso, que podemos aprender, e nas ocasiões é que se podem apresentar os erros a corrigir, e dar a conveniente direção a nossas ações” (idem).

Era no divertimento de baile que esse uso se daria, que a experiência formadora dos comportamentos e dos sentidos poderia ser vivida. Aqui a ação conformadora se dava diretamente sobre os comportamentos. Familiares e bastante regrados eram os bailes descritos e anunciados nos jornais. Eles eram decentes e possuíam horário para acabar, o que explica o incentivo à participação da “mocidade de ambos os sexos”, para aí conviverem e aprenderem “a portar-se em público com gravidade e decência, e a respeitar-se reciprocamente” (idem). Os bailes eram, deste modo, civilizatórios, funcionavam como uma escola de boas maneiras, de comportamentos, em que os corpos e as sensibilidades eram submetidas à normatizações.

Mas os divertimentos também cumpriam um outro papel, menos interessado em política e na educação dos comportamentos. Eles tinham

para alguns o fim de fazer aproveitar a vida, de fruir o que ela tinha de melhor: “A existência é curta, aproveita-la quanto mais, é a melhor filosofia”. É o que diz o anúncio do “Grande baile e divertimento em regozijo do Natal” (CORREIO..., 22 dez. 1864, p. 4)

Se divertir como forma de aproveitar a vida, era uma máxima, um ditado ainda hoje presente entre nós, paulistanos ou não. Tal ideia é reveladora dos sentidos positivos existentes em torno dos divertimentos. Aproveita-se a vida fazendo o que é agradável, o que provoca bons sentimentos, alegria, prazer, regozijo.

Os divertimentos só apareceram em relação ao trabalho e aos estudos, como uma forma de aliviar as agruras por eles causadas, uma única vez, no ano de 1862. Trata-se de matéria publicada a pedido, portanto, não são escritos dos redatores do jornal, mas de algum leitor que solicitou a publicação. Seu intuito foi pedir auxílio para o teatro, como fizeram tantos outros. Mas ao fazê-lo, o leitor revela uma certa compreensão das relações entre trabalho e divertimento (CORREIO..., 11 mai. 1862, p. 3).

Segundo ele, aquele que trabalha tem necessidade de divertimento, bem como aquele que estuda, para aliviar o cansaço. O trabalho, portanto, é o que torna o divertimento necessário. Para os jovens estudantes, tal necessidade é ainda mais premente. Talvez, porque a esse tempo da vida, a juventude, estivessem ligadas a alegria e a sociabilidade. Talvez, porque os estudantes da Faculdade de Direito já tivessem, a essa altura, construído uma imagem de si mesmos, que os ligava aos divertimentos.

Essa relação divertimento-trabalho, no entanto, não parece ter tido presença marcante na capital paulista, já que essa foi sua única ocorrência

no período estudado. Portanto, os divertimentos não eram definidos na relação com o trabalho, e em função dele, mas ao contrário, os divertimentos gozavam de autonomia em relação ao trabalho.

Apesar de tudo isso, de para alguns os divertimentos cumprirem esta ou aquela função de modo explícito e deliberado, a diversidade e natureza das diversões vividas pelos paulistanos indica que essas funções não eram suas preocupações. Eles não escolhiam as atividades a que se iam entregar para se divertir, porque elas educavam, ensinavam boas maneiras ou atualizavam os símbolos e valores da monarquia.

Seus motivos eram outros, mais ligados à alegria e ao prazer que as atividades de divertimento lhes proporcionavam. Daí o gosto pelas companhias ginásticas e de cavalinhos, pelos saltimbancos e trapaças (CORREIO..., 17 mai. 1863, p. 1; CORREIO..., 22 out. 1864, p. 2), e também pelos jogos e bailes, como vimos.

Uma capital que se queria civilizada: a nova moral daqueles tempos

Vários autores apontam os anos de 1850 como um marco para a história nacional, pois estariam aí, as origens mais remotas do processo de modernização do país (IANNI, 1990; CHALHOUB, 2012; CARVALHO, 2012). A capital paulista, entretanto, no final da década de 1840, já vivia transformações nos comportamentos, valores e mentalidade de seus habitantes, embora elas ainda não se fizessem sentir na materialidade da

cidade¹¹. Pois sua estrutura física, suas ruas, seus serviços de abastecimento de água, iluminação, controle de enchentes, e mesmo o abastecimento de alimentos ainda eram precários. As casas e seus interiores, mesmo as das elites, também revelavam senão precariedade, falta de refinamento e luxo.

Segundo o francês Alcide D'Orbigny, que esteve na capital paulista em 1826: “O gosto pelo luxo europeu ainda não chegou à São Paulo no ponto em que se encontra nas ricas cidades litorâneas do Brasil. Eles preferem a limpeza à elegância, o antigo conforto às mudanças da moda” (1841, p. 200). Os viajantes alemães Spix e Martius (op. cit., p. 186), que estiveram em São Paulo em 1818, fizeram observações nesse mesmo sentido. O que demonstra que os paulistanos ainda estavam em processo de adesão à modernidade, pois não haviam incorporado a estilização dos interiores das casas, para criar um estilo moderno, e ainda não buscavam as novidades da moda (BENJAMIN, op. cit.).

Os paulistanos, mesmo os ricos, ainda não tinham apreço por certos confortos e luxos europeus. Não se tratava de falta de dinheiro para adquirir o mobiliário e os objetos de luxo vindos da Europa, mas da não valorização de tais bens, pois “a elite paulista não criara, ainda, um estilo de vida refinado proporcional à sua riqueza (ARAÚJO, 2006, p. 169). Eles sequer

¹¹ Podemos, na verdade, falar da presença de tais valores na cidade já algumas décadas antes. Ainda que concentrados em autoridades ilustradas, que tentavam impor comportamentos à moda europeia através da legislação. Franca e Horta, em 1810, por exemplo, proibiu certas vestimentas femininas, pois queria reforçar “aparências mais europeizadas”. Ver: DIAS, 1995, p. 100. José de Souza Martins (2004, p. 8), diz, por outro lado, que já no século XVIII São Paulo vivia essas transformações, mas que eram poucos aqueles que as percebiam. Pois elas chegaram fragmentária e marginalmente, justapondo-se aos costumes existentes e criando ilhas de racionalidade econômica e política.

conheciam muitas das necessidades europeias, às quais os objetos de luxo estavam ligados (SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 188). Nesse mesmo sentido, Maria Odila Dias nos diz que os paulistanos ricos e em processo de enriquecimento, se preocupavam mais em ter aprovação social e em imitar os grandes, do que em escandalizar sua riqueza¹².

Por outro lado, no entanto, analisando os inventários *post-mortem* de moradores de São Paulo, Maria Lucília Araújo (op. cit., p. 168) encontrou na primeira metade do século XIX, bens que indicavam novos hábitos e gostos na capital paulista: instrumentos musicais, bibliotecas, móveis para escrita e leitura, arte e decoração, peças de higiene e iluminação, veículo de transporte, peças de jogo, aumento dos cômodos e serviços das casas. O que já revelava algum refinamento do modo de vida paulistano.

O fato é que a partir da década de 1840 já se faziam presentes na cidade a europeização, o refinamento, os códigos de urbanidade, e a educação cavalheiresca como valores a serem alcançados. Esse ideário já estava presente na cidade, ainda que somente mais tarde, pelos idos dos anos 1870, esses valores viessem a se concretizar de modo irreversível na vida dos paulistanos, ganhando materialidade.

Um dos redatores do Correio Paulistano, em matéria sobre os bailes à fantasia realizados no carnaval de 1856, nos permite perceber a presença desses valores e o desejo de que eles se enraizassem na sociedade paulistana (CORREIO..., 28 mar. 1856, p. 4). Mais que isso, a realização desses bailes

¹² Cf. DIAS, M. O. L. S., op. cit., p. 95. O viajante Daniel Kidder (2001, p. 200), por outro lado, nos diz das senhoras que cuidavam em bem vestir suas escravas, que exibiam joias pelas ruas da cidade, como uma forma de demonstrar a riqueza das famílias a que pertenciam.

revelava a incorporação pelos paulistanos de costumes e divertimentos europeus, tidos como civilizados. Tal incorporação não significou, no entanto, o fim do entrudo, visto que em 1856, e ainda por mais muitos anos, ele se desenrolou na capital.

Foi imbuído e motivado por esses valores de refinamento e educação, e desejoso de que São Paulo se parecesse, ao menos um pouco, com a Europa civilizada, que o incógnito “A. L.” pediu o fim do jogo d’água durante o entrudo (CORREIO..., 22 jan. 1856, p. 3). Para ele, tal jogo era um “estólido e funesto divertimento”, que já havia sido substituído na corte pelas mascaradas, aos moldes do que acontecia nos países civilizados. Ele recomenda à polícia, entretanto, que “não se deve também opor a outro modo de recreação, qualquer que ela seja”, pois isso só exasperaria a população.

Deste modo, o autor não era contra todo e qualquer divertimento que acontecia nos dias que antecediam a quaresma, mas apenas, especificamente, contra o jogo d’água, que, segundo ele, trazia más consequências e não era adequado “à idade em que vivemos e à uma cidade civilizada”.

Há aí uma tentativa de construção de uma nova sensibilidade em torno dos divertimentos. Sensibilidade essa que se incomodava com o jogo d’água, que o considerava bárbaro, e que tinha nas mascaradas um divertimento agradável. É o delineamento de uma nova moral e de uma nova sensibilidade em torno dos divertimentos.

O que evidencia que a moral e a sensibilidade não são fixas e eternas, mas, ao contrário, elas se delineiam ao longo do tempo. Nessa época, a

moral dos países tidos como civilizados adentrava São Paulo, levando seus habitantes a questionarem seus próprios hábitos, sua cultura. Não era necessária nenhuma explicação, bastava dizer que um costume era comum num país civilizado, para que ele se tornasse bom e necessário imediatamente.

O olhar de um estrangeiro sobre o jogo d'água, coincide com o sentimento de inadequação, com a forma civilizada de compreender e sentir tal divertimento demonstrada pelo anônimo "A. L.". O inglês John Mawe, imbuído de seus valores morais e sensibilidades, assim descreve os folguedos desenvolvidos nos dias em que esteve em São Paulo – provavelmente em 1808:

Costume singular não devo omitir, é o de atirar frutas artificiais, tais como limões e laranjas, feitas de cera, com grande habilidade e cheias de água perfumada. Nos primeiros dias da quaresma, comemorados com grandes festividades, pessoas de ambos os sexos *divertem-se* jogando, uma sobre as outras, essas bolas; as senhoras, em geral, começam o brinquito, os cavalheiros revidam com tanta animação, que raramente param antes de trocarem dúzias, e ambas as partes ficam tão molhadas como se tivessem sido pescadas de um rio. Nestes dias de carnaval, os habitantes percorrem as ruas mascarados, e a brincadeira de atirar frutas é praticada por pessoas de todas as idades. Considera-se de grande impropriedade um cavalheiro atira-las sobre outro. (...) O costume (posso garantir) é muito desagradável aos estrangeiros, e não raro provoca brigas, de consequências graves (MAWE, op. cit., p. 73, grifo meu).

A descrição do visitante inglês evidencia o gosto dos paulistanos pelo divertimento do entrudo. A animação das pessoas, a participação de todos, homens e mulheres de todas as idades, evidencia que o jogo d'água não era tido como inadequado ou impróprio pelos paulistanos na primeira década do século XIX.

Já para ele, estrangeiro, vindo de uma outra sociedade, e não de qualquer outra, mas da inglesa, símbolo de refinamento e de civilidade, o jogo era desagradável, pois não estava de acordo com sua moral, com sua sensibilidade. Assim, décadas antes do brasileiro “A.L.” ter demonstrado seu descontentamento com o jogo d’água, e sua inadequação a um país civilizado, um estrangeiro já havia feito a mesma constatação. No entanto, da constatação de John Mawe até a matéria no jornal se passaram quarenta e oito anos, durante os quais o jogo d’água esteve lá, no entrudo paulistano.

Durante esse intervalo de tempo, já circulava por São Paulo o ideário de civilização e progresso dos países europeus tidos como civilizados – com variações de intensidade. Ainda que já houvesse o desejo de civilidade na capital, o desejo de romper com certas práticas, abandonando-as, ele não foi imediatamente realizado, visto também que esse não era o desejo de todos. A mudança dos valores morais e sensibilidades dos paulistanos foi sendo engendrada, e precisou de tempo para se concretizar.

Ainda aliado a forças conservadoras e ao governo da província, em 1863 o Correio Paulistano publicou matéria em que alguns dos divertimentos existentes na cidade foram focalizados:

Divertimentos públicos

A nossa capital acha-se atualmente invadida por uma multidão de *divertimentos*: Alcazar Lyrico, Companhia equestre e gymnastica, Caçador Paulistano e Teatro.

Tanto *divertimento* dá lugar a que, cada apetite encontre quitute próprio ao seu paladar, mas em resultado nenhum dos empresários, realiza o que necessita para manter-se, isto é, enchentes, senão repetidas, ao menos intermediárias.

Os que apreciam a arte vão ao teatro, são estes os que atestam melhor gosto, mais rígido e severo pensar, que aprimoram os costumes e dispensam menos dinheiro.

O teatro, quase reunião familiar, exige maneiras urbanas e cavalheirescas – os seus frequentadores, no geral, possuem-nas e por isso – essa bendita instituição floresce sempre, animada pela melhor sociedade dos lugares onde ela se estabelece.

O teatro deve sempre ser o *divertimento* predileto do povo.

O teatro ilustra, moraliza e instrui; recebe a educação nas obras concebidas pelas inteligências privilegiadas e transmite-as cheias de vida aos seus espectadores. Dá nome ao escritor, celebra o artista, educa e regenera o povo. Eu te saúdo, oh arte sublime! Tu és a única *distração*, que outorgas aos que te confiam o seu tempo, os frutos benditos do aproveitamento intelectual!

Vejamos agora o que são as companhias equestres: a luta da agilidade e da força, os equilíbrios arriscados, os saltos impossíveis – a desgraça a cada instante em frente do espectador, que sente confranger-se lhe o coração. Consomem-se algumas horas na quase sempre dolorosa expectativa: interrogam-se as consciências em busca da moralidade colhida: tempo perdido, dinheiro inutilizado, e a sensibilidade afetada.

Vejamos ainda o “Alcazar”: a música, parte mais notável deste *divertimento*, deleita os ouvidos mas não seduz os sentidos: as peças aí exibidas são ligeiras canções; agradam no momento sem deixarem uma recordação.

A prestidigitação, sempre velha, sem um elemento de interesse, serve, quando muito, para dar tratos às imaginações mais fracas, que se extasiam ante o portento das máquinas.

“O Caçador Paulistano”, o que será? Uma rede de imoralidade, onde ostentam a desregrada leviandade os já pervertidos, e onde vão perverter-se os que ainda conservam qualquer dose de pundonor: mercado ostensivo da devassidão: vergonha dos que os assistem e origem de males que todos conhecem!

Eis com as verdadeiras cores, o quadro dos *divertimentos* públicos em S. Paulo!

(...)

Entretanto, como já o dissemos há divergência de paladares e o povo dissemina-se sempre, pelos diferentes *divertimentos* que se matam mutuamente. (CORREIO..., 29 jul. 1863, p. 3, grifos meus).

Tanto a bibliografia que tem São Paulo como tema e que trata, de algum modo, dos divertimentos (AZEVEDO, op. cit.; ARAÚJO, 1981; BRUNO, op. cit.; TOLEDO, op. cit.; DIAS, op. cit.), quanto os relatos de viajantes que estiveram na cidade nos três primeiros quartéis do século XIX (RUGENDAS, op. cit.; SAINT-HILAIRE, 1976; MAWE, op. cit.; ZALUAR, 1863), a literatura (AZEVEDO, 1988) e as cartas de Álvares de Azevedo (AZEVEDO, 1976) afirmam justamente o contrário do que diz a matéria acima, sobre a abundância de divertimentos na cidade.

No entanto, uma questão a ser considerada é o olhar de fora, tanto de Álvares de Azevedo quanto dos viajantes. Não é que São Paulo não possuísse divertimentos, como disseram eles, é que quando comparada à cidade do Rio de Janeiro ou às cidades europeias, realmente São Paulo era reduzida a uma tediosa cidade. Até mesmo o Rio de Janeiro foi tido como uma cidade provinciana, devido aos seus poucos divertimentos, quando comparada à Inglaterra (MELO, 2010, p. 51).

Deste modo, os indícios aqui apresentados são indicativos de que tais trabalhos e fontes precisam ser considerados com vagar quando o assunto são os divertimentos da São Paulo do século XIX. É um indício também de que não apenas os divertimentos, mas toda a dinâmica da cidade nesse período, precisam ser melhor compreendidos.

A matéria acima, assinada pelo incógnito “Um velho”, é também mais uma prescrição dos divertimentos, que demonstra uma certa moralidade, que indica o que é bom e é feito pelos que são bons, “pela

melhor sociedade”, pelos que tem melhor gosto e “mais rígido e severo pensar”, e indica o que é imoral, “origem de males”, que traz como consequência “a sensibilidade afetada”, e que se destina a “imaginações mais fracas e aos pervertidos”. O autor sabe, no entanto, que os gostos, as preferências são variadas em São Paulo, que os paulistanos escolhem os divertimentos que melhor lhes convém, que lhes agrada.

Ele deixa evidente, deste modo, que não havia uma São Paulo monolítica, com valores, sensibilidades e gostos únicos. Pelo contrário, havia “divergência de paladares”, e era de acordo com essas divergências e preferências que os paulistanos se avaliavam uns aos outros, e determinavam a posição de cada um na escala social.

Conclusão: um conceito, quatro palavras

As palavras diversão, passatempo, divertimento e recreação foram usadas pelos paulistanos com um mesmo significado, para dizer de um conjunto de atividades culturais que tinham em comum um mesmo sentido, e que eram informadas por uma mesma estrutura de sentimentos e intencionalidades.

Apesar de mobilizadas com diferentes intensidades ao longo do período, houve um padrão na ocorrência dessas palavras. O único período temporal em que todas elas foram usadas sem interrupção e ao mesmo tempo, foi nos anos finais do período, entre 1862 e 1867. E nesse padrão de mobilização, um fato mais se destaca: divertimento teve uma intensidade de uso muito expressiva em relação às demais palavras.

Esse padrão é indicativo de dois fatos sociais distintos. O primeiro diz respeito a uma melhor elaboração do conceito, do ponto de vista linguístico, que passa a estar melhor articulado às palavras. Se antes o conceito existia e as palavras também, eles não estavam tão fixos entre si. O conceito não estava tão preso aos símbolos linguísticos que o expressavam e, por isso, eles não eram tão mobilizados. Quando ocorreu uma melhor fixação do conceito aos vocábulos, seus usos se generalizaram.

Esses dados também indicam a existência de uma disputa entre os vocábulos. A constância da presença da palavra *passatempo* ao longo do período, indica a sua força nessa disputa. Mas o conceito a essa altura, já estava compreendido e articulado de modo indissociável ao vocábulo *divertimento*, já precisava dele para se materializar linguisticamente. Daí a generalização do uso de tal palavra para expressar o conceito, em detrimento das demais.

O vocábulo *divertimento* é o que expressa o conceito, e é dele indissociável no período estudado. O significado do conceito só pode ser compreendido por meio dessa palavra, pois ela reúne em si mesma diferentes sentidos, que sem ela não podem ser compreendidos. Não foram raras as ocasiões em que as demais palavras foram empregadas, e que foi necessário o uso simultâneo de *divertimento*, como sinônimo, para que o significado do que se queria dizer, fosse devidamente expresso e compreendido.

Atividades muito diversas, a leitura, os jogos, a conversação, o entrudo, os bailes e o teatro, possuíam um mesmo sentido para os paulistanos, era com uma mesma intenção que eles as procuravam, a de se

divertir. Alegria, prazer, regozijo, sociabilidade, encontro, eram esses os sentidos dessas atividades, que possuíam uma natureza em comum, o divertimento.

À medida que a cidade se dinamizava, foram surgindo instituições que tinham também essa natureza, que ofereciam atividades cuja função era divertir. Era o início da gestação de um mercado de divertimentos na capital paulista. Ele era expressão de uma cidade mais dinâmica econômica e culturalmente.

As opções de atividades e espaços de divertimento, que eram pagos, se ampliavam, e repercutiam nos jornais, já que eles eram usados para divulgar tais empreendimentos, eram um meio de propaganda. Essa dinâmica, também ajuda a explicar a maior ocorrência das palavras ligadas ao conceito de divertimento a partir de 1862.

Houve disputas em torno da função dos divertimentos. As elites desejavam deliberadamente utilizá-los para educar os paulistanos, tornando-os civilizados e educados aos moldes europeus. Para tanto, algumas práticas se mostravam mais adequadas, e por isso eram incentivadas, a principal delas foi o teatro.

As camadas populares, por outro lado, não compartilhavam tal desejo. A sua não adesão às atividades indicadas pelas elites, e sua adesão às atividades por elas repudiadas, o demonstram. O que os populares queriam era se divertir, sem se preocupar com normas, valores ou prescrições. Queriam dar ânimo à sua própria vida, e à vida da cidade.

Isso não significa que não houvesse membros das elites que pouco se importavam em educar através dos divertimentos, e que as camadas

populares carecessem de qualquer valor moral quando o assunto era esse. Se havia membros das elites que se divertiam falando mal da vida alheia, e eram censurados, como vimos, havia populares que frequentavam o teatro (AZEVEDO, E., op. cit. p. 178), e que possivelmente concordavam que os divertimentos precisavam se adequar à ideia de civilidade.

Portanto, as atividades de que diziam o conceito de divertimento podiam ser consideradas boas e adequadas ou inadequadas e desagradáveis, dependia do olhar e do projeto de mundo de quem as avaliava. Divertimentos que eram úteis a alguns projetos de cidade e de país eram, por isso, indesejáveis a outros. Os divertimentos foram disputados por esses projetos de mundo na cidade de São Paulo, foram entendidos como dimensão importante da constituição da ordem e da dinâmica da cidade por todos eles, de modos diferentes. Tudo dependia de onde se queria chegar e do olhar que se tinha sobre tais práticas.

O conceito de divertimento da capital paulista entre os anos 1828 e 1867, não sofreu alteração ou variação, seu significado manteve-se o mesmo. O que houve, nos anos finais de tal período, a partir de 1862, foi uma melhor fixação do conceito ao vocábulo que o expressava, o que permitiu que seus usos se generalizassem.

Portanto, o conceito de divertimento se referia a certas atividades culturais, às quais certos sentidos eram conferidos. Essas atividades eram variadas, incluíam jogos, bailes, teatro, leitura, conversas, mas eram unidas pelos sentidos e sentimentos em comum que possuíam. Elas alegravam, davam prazer, eram agradáveis, enfim, elas divertiam.

Houve julgamento de valor em torno dos divertimentos paulistanos, ao longo de todo o período. A moralidade da cidade se viu contraposta, num primeiro momento, pelos estudantes da Faculdade de Direito e suas diversões perturbadoras. Esse conflito provocou mudanças na cidade, e trouxe mais divertimentos. Mais tarde, os paulistanos foram contrapostos, por eles mesmos, aos divertimentos europeus tidos como civilizados.

São Paulo passava por uma mudança de sensibilidade frente aos divertimentos, mudança devida à busca pela civilização e modernidade. Essas “maravilhas” europeias orientavam os gostos, e determinavam quais divertimentos deviam ser abolidos do cotidiano paulistano e quais deviam dele fazer parte. Nada disso, entretanto, modificou a natureza do conceito de divertimento. O que era belo, agradável, prazeroso e alegre estava a ele ligado. Ele se opunha ao que era sério, sisudo, e causava aborrecimento. O conceito de divertimento continuava dizendo de um conjunto de atividades que alegrava, dava prazer, causava regozijo.

Bibliografia

ALMEIDA JÚNIOR. O convívio acadêmico e a formação da nacionalidade brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. XLVII, 1952, p. 271-292.

A PHENIX, 20 mai. 1840.

A PHENIX, 19 ago. 1840.

ARAÚJO, M. L. V. Circulação de livros em São Paulo (1800-1860). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, ANPUH, 19, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

_____. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos.** São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.

ARAÚJO, V. P. **Salões, circos e cinemas de São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1981.

AZEVEDO, Á. **Macário.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Disponível em: <<http://www.aliteratura.kit.net>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

AZEVEDO, E. **Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

AZEVEDO, V. **Cartas de Álvares de Azevedo.** São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

BENJAMIN, W. **Paris, capitale du XIXè siècle.** Paris: Oeuvres ouvertes, 1939.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino.** Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, v. 5 (letras K-N). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.contributor.author:%22Bluteau,+Rafael,+1638-1734%22>>. Acesso em: 10 abril 2014.

CAMPOS, A. L. A. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista. In: PORTA, P. **História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889).** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CAMPOS, E. Ecos paulistanos da vinda da Família Real para o Brasil. **Informativo do Arquivo Histórico Municipal,** São Paulo, n. 17, 2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info17/i-estudos.htm>>. Acesso em: 14/04/2015.

CAPONERO, M. C. **Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração**: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935). 2014. 532f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, 2014.

CARVALHO, J. M. Introdução: as marcas do período. In: Idem (Coord.). **História do Brasil nação (1808-2010)**. v. 2. A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHALHOUB, S. População e sociedade. In: CARVALHO, J. M. (Coord.). **História do Brasil nação (1808-2010)**. v. 2. A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 37-82.

CORREIO PAULISTANO, 4 jul. 1854.

CORREIO PAULISTANO, 14 ago. 1854.

CORREIO PAULISTANO, 23 set. 1854.

CORREIO PAULISTANO, 22 jan. 1856.

CORREIO PAULISTANO, 28 mar. 1856.

CORREIO PAULISTANO, 9 nov. 1858.

CORREIO PAULISTANO, 11 mai. 1862.

CORREIO PAULISTANO, 1 mar. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 12 mar. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 17 mai. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 17 mai. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 4 jul. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 29 jul. 1863.

CORREIO PAULISTANO, 22 out. 1864.

CORREIO PAULISTANO, 11 nov. 1864.

CORREIO PAULISTANO, 22 dez. 1864.

CORREIO PAULISTANO, 9 jan. 1866.

CORREIO PAULISTANO, 6 jan. 1867.

CORREIO PAULISTANO, 20 jan. 1867.

CORREIO PAULISTANO, 24 fev. 1867.

CORREIO PAULISTANO, 22 mar. 1867.

COSTA, M. S. **Práticas de diversão dos estudantes da Academia Jurídica no processo de urbanização de São Paulo (1867-1878)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São João del-Rei, 2012.

DIÁRIO DE SÃO PAULO, 27 mai. 1866.

DIÁRIO DE S. PAULO, 12 set. 1866.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

D'ORBIGNY, A. **Voyage pittoresque dans les deux Amériques**. Paris: Furne et Cie Libraires Éditeurs, 1841.

IANNI, O. A Ideia de Brasil Moderno. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 1, n. 1, p.19-38, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452/12759>>. Acesso em: 09/08/ 2015.

KIDDER, D. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil:** Rio de Janeiro e província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2001.

KOSELLECK, R. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992, p. 7. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>>. Acesso em: 11/02/2013.

MARTINS, José de Souza. A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. **Revista USP: 450 anos de São Paulo**, São Paulo, n. 63, set.-dez., 2004.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil.** Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

MELO, V.; SANTOS, F. C. Deslizando rumo ao progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). **Movimento (ESEF/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 171-184, 2017.

MELO, V. Sobre o conceito de lazer. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, set-dez, 2013.

_____. **Esporte e lazer:** conceitos – uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.

MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo:** de comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

O ACAYABA, 1852.

O FAROL PAULISTANO, 3 out. 1827.

O FAROL PAULISTANO, 14 jun. 1828.

O FAROL PAULISTANO, 21 mai. 1831.

OLIVEIRA, C. E. F. Informação e política nos primórdios da imprensa paulista: O Farol Paulistano (1827-1831). **História**, Franca, v. 29, n. 2, p. 295-319, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05/05/2015.

O NOVO FAROL PAULISTANO, 10 ago. 1836.

O NOVO FAROL PAULISTANO, 22 fev. 1837.

PEREIRA, L. R. **A história e o diálogo que somos**: a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. Dissertação (Mestrado em História Social). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

SANTOS, F. C.; MELO, V. Entre o rural e o urbano: as touradas na São Paulo do século XIX (1877-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 174, n. 463, p. 39-70, 2014.

SCHWARCZ, L. M.; MACEDO, V. O império das festas e as festas do Império. In: _____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEBASTIÁN, J. F. Introdução: Hacia una história atlántica de los conceptos políticos. In: _____. (Org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: la era de las revoluciones 1750-1850, v. I. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Fundación Carolina; Soc. Estatal de Comemoraciones Cult, 2009.

SILVA, E. S. Em busca de um mercado fictício: as casas da ópera na cidade de São Paulo. **Todas as musas**, São Paulo, Ano 1, n. 1, julho-dez. 2009.

SILVA, E. S. **A dramaturgia portuguesa nos palcos paulistanos: 1864 a 1898**. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SPIX, J. B; MARTIUS, K. F. P. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

TOLEDO, R. P. **A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

YOKAICHIYA, C. E. Nas entrelinhas dos relatos históricos: reflexos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco no processo pela libertação dos escravos em São Paulo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 103, p. 689- 708, 2008.

ZALUAR, A-E. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1863.